

Jornal da Ciência

(<http://www.jornaldaciencia.org.br>)

DOMINGO, 08 DE ABRIL DE 2016

Publicação da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência

JCNotícias

(<http://jcnoticias.jornaldaciencia.org.br>)



(<http://jcnoticias.jornaldaciencia.org.br>)

Início (<http://jcnoticias.jornaldaciencia.org.br>) / Edições (<http://jcnoticias.jornaldaciencia.org.br/category/edicoes/>) / 5391, 8 de abril de 2016
(<http://jcnoticias.jornaldaciencia.org.br/category/edicoes/5391/>) / 2. Aborto é um problema de saúde pública, ressaltam especialistas

2. Aborto é um problema de saúde pública, ressaltam especialistas

O simpósio “Aborto”, promovido pela ANM, que aconteceu ontem (07), abordou temas como “Aborto e direito das mulheres”, “Aborto e religião”, “Gravidez involuntária e aborto” e “Dilemas do Direito ao Aborto em Face de Doenças Emergentes”

Participantes do seminário “Aborto”, promovido pela Academia Nacional de Medicina (ANM), que aconteceu ontem (07), no Rio de Janeiro, ressaltaram que é necessário que o aborto seja tratado como uma questão de saúde pública, de direitos humanos, e não criminal. Para eles, o problema ainda pode piorar diante do aumento de casos de microcefalia, associados ao contágio pelo zika vírus, transmitido pelo *Aedes aegypti*. O encontro, que foi coordenado por Francisco Jose Barcellos Sampaio, presidente da ANM, contou com a participação de José Gomes Temporão, ex-ministro da Saúde, Lena Lavinhas, do Instituto de Economia da Universidade do Rio de Janeiro (UFRJ), José Henrique Torres, da Associação Juízes para a Democracia (AJD), e Sônia Corrêa, pesquisadora associada da Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS (ABIA) e co-coordenadora do Observatório de Sexualidade e Política (SPW, na sigla em inglês).

“A cada ano, há mais de 200 mil atendimentos no Sistema Único de Saúde (SUS) por complicações pós-aborto, a maioria deles por procedimentos induzidos. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), são realizados mais de 1 milhão de abortos inseguros por ano no Brasil. O aborto é a quinta causa de mortalidade materna no País. Diante disso, não podíamos deixar de fazer um evento sobre o assunto”, afirma o presidente da ANM.

Para Sampaio, a criminalização do aborto é absolutamente ineficaz para reduzir o aborto. Mas é altamente eficiente para matar mulheres, conforme alertou: “Nós estamos falando que uma em cada cinco mulheres entre 28 e 40 anos já fizeram, pelo menos, um aborto na vida. Hoje existem 37 milhões de mulheres nessa faixa etária, de acordo com o IBGE. Dessa forma, estima-se que 7,4 milhões de brasileiras já fizeram pelo menos um aborto e pelas leis brasileiras são criminosas. Esse é o quadro do aborto no Brasil, que, por ser ilegal, leva as mulheres à clandestinidade, na qual um procedimento médico sem risco, em termos técnicos, passa a ser de altíssimo risco, porque muitas se submetem a procedimentos com profissionais não regulamentados, não monitorados, não conhecidos”.

Ele também afirma que, com a criminalização do aborto, as mais prejudicadas são as mulheres mais pobres. “Para elas, abortar significa correr o risco de ser presa como criminosa e significa correr o risco de morrer. Como uma clínica segura, com boas condições sanitárias e profissionais preparados custa caro, ela só poderá se arriscar a esquemas muito inseguros”, afirma.

Microcefalia

Outro problema que ressalta a necessidade de descriminalizar o aborto, segundo os participantes, é o aumento do número de casos suspeitos de microcefalia relacionado ao zika vírus.

Para a economista Lena Lavinias, do Instituto de Economia da UFRJ, o País está vivendo um grave problema de saúde pública e que poderá causar uma tragédia nacional, já que não se investe em Saúde. “O governo é negligente com a saúde pública e, muitas vezes, transfere suas responsabilidades, como está acontecendo agora com os casos de microcefalia”, comenta. Para ela, o aborto é uma decisão exclusiva da mulher, quando não dos pais da criança em gestação.

Lavinias afirma ainda que existe omissão do Estado em relação aos serviços necessários para o direito reprodutivo das mulheres. “Diante de um cenário como o do vírus zika, ouvimos comentários do ministro da Saúde que cabia às mulheres evitar a gravidez, porque, com o risco da síndrome, as consequências seriam delas”, ressalta, indignada.

A economista também criticou a postura do governo ao oferecer um salário mínimo às mães de crianças com microcefalia. “Ao oferecer esse salário, eles jogam, outra vez, a responsabilidade para elas. Um país que não conta com recursos para a Saúde Pública, não vai dar a atenção necessária para essas crianças que demandarem atendimentos de alta complexidade”, afirma.

O ex-ministro Temporão pondera que há muitas questões a serem respondidas quanto aos casos de microcefalia, relacionados à contaminação pelo zika vírus. Mas disse que há uma certeza: as mais prejudicadas serão as mulheres pobres, “ressaltando a desigualdade social do País”. Temporão ressalta ainda que parte importante do problema causado pelo Aedes são de questões estruturais. Fruto de omissão histórica do Estado brasileiro, principalmente de saneamento básico e prevenção. “A mulher não deve ser punida por uma falha das autoridades em controlar o mosquito transmissor da doença, o Aedes aegypti, o mesmo da dengue”, disse.

Legislação

O polêmico Projeto de Lei nº 5069/2013, de autoria do presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB/RJ), também foi debatido no evento e considerado um retrocesso para o País. Segundo os debatedores, o PL agrava a criminalização do aborto e é inconstitucional.

Segundo Sônia Corrêa, pesquisadora da ABIA, este projeto viola tanto conquistas históricas das mulheres nos direitos sexuais e reprodutivos, como o direito ao atendimento à saúde.

A proposta prevê impedir a interrupção da gravidez em casos de estupro, inviabilizando um direito das mulheres garantido pelo Código Penal desde 1940, e também penaliza o profissional da área da Saúde que tentar agir para preservar o bem estar da mulher antes que as vítimas façam exame de corpo de delito e boletins de ocorrência (BO) para comprovar a violência sexual. O projeto também impede a divulgação de métodos abortivos.

Diante deste PL e de outros, o ex-ministro José Gomes Temporão acredita que o legislativo está se metendo em espaços inadequados. “Essa iniciativa é preocupante porque vai contra os direitos humanos”, observa.

O juiz José Henrique Torres, da AJD, também concorda que o Estado não deve se ‘meter’ na vida pessoal dos cidadãos. “O aborto é um problema de saúde pública. Diante do cenário, o Estado tinha que encontrar uma solução e não arrumar outros problemas”, argumenta.

Histórico

Durante a sua apresentação, Corrêa traçou o panorama histórico da criminalização do aborto. Ela lembrou que o aborto é considerado crime contra a vida humana no código penal brasileiro desde 1940, prevendo, inclusive, detenção de um a três anos para a mulher que o fizer, salvo em caso de violência sexual e risco de morte para mãe. Em 2012, foi votada no Congresso a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº. 54 (ADPF 54), descriminalizando também o aborto em casos de feto anencefálico – descrito ali como “parto antecipado para fim terapêutico”.

Corrêa observa que o aborto inseguro é responsável por 25% das mortes maternas na América Latina, e a maioria das mulheres que morrem pertencem às classes mais pobres. “A criminalização do aborto é a criminalização da pobreza”, disse.

Conforme citou, o Uruguai e a África do Sul são países onde o aborto é uma prática legalizada. Nesses países, segundo ela, a taxa de morte de mulheres por consequência do aborto é quase zero. “A África do Sul está fazendo uma campanha para que a descriminalização aconteça em todo o continente. Onde o aborto é legal, se dá a oportunidade de escolha para a mulher. Faz quem quer”.

Na opinião da pesquisadora da ABIA, as leis que legalizam o aborto são democráticas porque possibilitam o exercício de um direito. “Ao contrário daquelas que criminalizam, por serem autoritárias. Nenhuma mulher deveria ser obrigada a seguir com uma gravidez indesejada. Essas leis coagem as mulheres”, afirma.

Vivian Costa – Jornal da Ciência